



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

REPRESENTAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA EM DESENHO ANIMADO AUDIOVISUAL

MARIA APARECIDA ALVES MENEZES

MARISTELA FELIX DOS SANTOS

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

As mudanças de paradigmas acerca da pessoa com deficiência, assim como, os avanços nas leis nem sempre acompanham os discursos vigentes na sociedade. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir representações da criança com deficiência em processo de inclusão escolar. Para tanto, selecionamos um episódio do desenho animado *Milly e Molly*, que aborda essa temática. Na descrição e análise desse objeto de estudo, utilizamos Etnografia de tela, pelo fato de essa metodologia permitir a leitura minuciosa dos discursos veiculados nos produtos audiovisuais. Os resultados deste estudo demonstram que, embora haja representações positivas acerca da inclusão da criança com deficiência na escola regular, ainda são propagados em produtos da mídia, a exemplo dos desenhos animados, discursos estereotipados com relação a qualidades e peculiaridades desse sujeito. **Palavras-chave:** Criança. Inclusão. Desenho animado

RÉSUMÉ

Les changements de paradigmes sur la personne avec déficience, ainsi que les progrès dans les lois ne suit pas toujours le discours actuel dans la société. En ce sens, le but de cet article est de discuter des représentations d'enfants ayant une déficience dans le processus d'inclusion scolaire. Pour ce faire, sélectionnez un épisode du dessin animé *Milly et Molly*, qui aborde ce thème. Dans la description et l'analyse de cette étude, nous utilisons l'ethnographie, du fait de cette méthodologie afin de permettre la lecture de discours servi en produits audiovisuels. Les résultats de cette étude

montrent que, bien qu'il existe des représentations positives quant à l'inclusion des enfants handicapés à l'école régulière, sont encore propagées sur des produits multimédias, les discours exemple stéréotypé de dessin animé sur les qualités et les particularités de ce sujet. **Mots-clés:** Enfant. Inclusion. Dessin anime

Introdução

Este estudo busca refletir sobre as representações da criança com deficiência em processos de educação inclusiva, a partir da análise de um desenho animado infantil. Para tanto, discutiremos, inicialmente, como a concepção acerca da deficiência se constituiu bem como as diversas mudanças ocorridas, influenciadas pelas condições econômicas, culturais, filosóficas, científicas e morais, refletindo assim o contexto social de cada época.

Assim, considerando o desenho animado como um dos difusores dos estereótipos da contemporaneidade, tendo em vista que as crianças, quando não estão na escola, ocupam parte do seu tempo, assistindo a televisão, sendo os desenhos animados um dos seus principais meios de entretenimento, este trabalho pretende discutir modos de ser e estar na escola da pessoa com deficiência, bem como daquelas pessoas que interagem com ela, em processos de educação inclusiva veiculados nesses produtos midiáticos.

Neste contexto, nosso *corpus* de estudo é composto por um episódio do desenho animado *Milly e Molly*, disponível no canal de vídeos da *Internet*, o *Youtube*. Para análise desse produto midiático, optamos pela metodologia Etnografia de tela, oriunda da Antropologia Visual. Por seu caráter interdisciplinar, essa metodologia oferece-nos a possibilidade de interpretar e revelar nos discursos audiovisuais veiculados nesse desenho representações da pessoa com deficiência em processo de inclusão escolar.

1 Deficiência: entre paradigmas e estereótipos

Inicialmente, faz-se necessário a análise dos paradigmas acerca da concepção de deficiência. Tais paradigmas, que respaldaram e nortearam as práticas sociais construídas em relação às pessoas com deficiência, são definidos como: exclusão, segregação, integração e inclusão social (GALVÃO FILHO, 2009). Descreveremos cada um desses conceitos no decorrer desta discussão teórica.

A Antiguidade se caracterizou pelo paradigma da exclusão, marcado tanto pela visão depreciativa, quanto mítica em relação à pessoa com deficiência. Nessa época, a sociedade greco-romana, baseada nos princípios de "corpo são, mente sã", valorizava o ideal de homem espartano, atlético

e guerreiro, necessário para os campos de batalha. (FREITAS, 2008; GALVÃO FILHO, 2009).

Por um lado eram vistos como “aberrações” provenientes de um “castigo dos deuses”, os nascidos com alguma deficiência eram abandonados à própria sorte ou sacrificados por serem considerados improdutivo à sociedade. Por outro, algumas culturas como as africanas baseiam-se em uma visão mítica ao atribuir valores sobrenaturais e divinos as pessoas com deficiência, considerando-as seres mágicos. (FREITAS, 2008; GALVÃO FILHO, 2009). Segundo Galvão Filho (2009), até o século XVIII, as concepções acerca da deficiência eram atribuídas às ideias do sobrenatural, da magia, sem nenhum caráter científico que considerassem as diferenças enquanto condição individual, o que contribuiu para que as pessoas com deficiência fossem excluídas e ignoradas tanto nas práticas sociais quanto nas escolas regulares.

Na Idade Média, esse cenário se modifica com o advento do Cristianismo e o paradigma da segregação começa a se constituir com o assistencialismo de caráter religioso. O extermínio e sacrifício das pessoas com deficiências foram combatidos e substituídos pelos princípios de compaixão e piedade defendidos pela doutrina cristã, preocupada em “garantir a vida desses ‘Filhos de Deus’ mesmo que para isso tivesse que separá-los do resto da sociedade”. (GALVÃO FILHO, 2009, p.88). Nessa época, surgiram as primeiras instituições religiosas de caráter assistencialistas voltadas para abrigar “os pobres, doentes e deficientes” em asilos, conventos e igrejas. (FREITAS, 2008, p.59; GALVÃO FILHO, 2009, p.88).

Entretanto, Aranha (2005) esclarece-nos que, no período da Inquisição, as pessoas passaram a ser exterminadas como expiação da culpa, uma vez que a deficiência era considerada castigo divino ou possessão demoníaca. Pode-se observar que a concepção subjacente a essa época forjou estereótipos em relação à pessoa com deficiência que a inferiorizam, a concebem como um ser incapaz e dependente, sem ter como se auto-sustentar. Tal concepção, ainda presente em nossa sociedade, estigmatiza os sujeitos ao atribuir a uma “instância divina ou superior” a sua condição.

Na Idade Moderna, o paradigma da segregação consolidou com a instauração do modelo médico e a institucionalização das pessoas com deficiência em hospitais psiquiátricos e instituições educacionais. Sassaki (2005) assevera que se institui uma concepção de pessoa alicerçada no conceito do modelo médico, cuja tese defendida atribuía o problema à deficiência, sendo necessária uma cura ou tratamento para que a pessoa participasse da sociedade. Rodrigues (2008) destaca que a noção de deficiência respaldada no modelo médico permanecerá até as primeiras décadas do século XX, consolidando o conceito organicista atrelado à hereditariedade.

Todavia, a partir da década de 70, esse paradigma começou a receber críticas de movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência em todo mundo. O paradigma da

integração é baseado nos pressupostos da Declaração dos Direitos do Homem, de 1948, construída a partir das lutas, movimentos sociais e dos avanços internacionais em defesa dos Direitos Humanos. Este paradigma tem como objetivos a estimulação de “atitudes menos discriminatórias e mais solidárias entre os seres humanos” (GALVÃO FILHO, 2009, p.88) e a integração da pessoa com deficiência em todos os espaços educativos e sociais.

Na década de 90, o movimento de inclusão social internacional desencadeado por pais e grupos civis em favor da construção de um paradigma inclusivo pressupõe uma mudança de paradigma que afeta a sociedade em seus aspectos político, econômico, social, científico e educacional, a partir da transformação de “antigos sistemas de crenças, valores e atitudes” (ORMELEZI, 2006, p.44) excludentes e segregadores em uma perspectiva mais democrática, na promoção do acesso a bens e serviços, de forma igualitária e equitativa para todos, considerando as diferenças e a eliminação de toda forma de preconceito e discriminação. (MANTOAN, 2006; ORMELEZI, 2006).

Atualmente, o conceito de deficiência encontra-se embasada por um modelo social que não atribui as limitações funcionais às condições individuais, mas também às advindas de um ambiente físico e social, sendo considerada

[...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, CONVENÇÃO DE GUATEMALA, 1999).

Nesse contexto, podemos perceber que a pessoa com deficiência passa a ser vista como alguém que possui algum impedimento - de curto, médio ou longo prazo - de ordem física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras físicas ou atitudinais, que podem dificultar a participação autônoma e efetiva no âmbito social em igualdade de condições com as demais pessoas.

Essa perspectiva opõe-se à noção de deficiência centrada no modelo médico que, de acordo com Silva (2009), retirava das pessoas com história de deficiência e transtornos a possibilidade de se constituírem como sujeitos, na medida em que eram despersonalizadas. Nesse aspecto, dava-se preferência às características generalistas em substituição às características idiossincráticas, fruto da história de vida, cultural e social, desconsiderando seu contexto, suas peculiaridades e qualidades especiais que tornam a sua condição de pessoa.

Verificamos, nesse percurso histórico, que atitudes preconceituosas e discriminatórias perpassam a história, constituindo instrumentos de segregação entre aqueles que apresentam diferenças

ideológicas, físicas e sensoriais, deixando suas marcas, ou seja, causando consequências sociais e psicológicas irreversíveis às pessoas rotuladas.

Horkheimer e Adorno (1985) citados por SILVA (2009) pontuam que o preconceito não existe por si só, mas, como fenômeno sociocultural, construído através de representações subjetivas. Sobre esse aspecto, os autores revelam que o preconceito é resultante da ignorância, e que tal desconhecimento constitui a base para o reforçamento e manutenção de atitudes preconceituosas e concepções estereotipadas.

Cabe destacar, ainda, que o preconceito socialmente construído é disseminado através de produções discursivas que exercem influência na sociedade e, conseqüentemente, a manutenção do desenvolvimento “deficiente” destes sujeitos, uma vez que “a linguagem não tem apenas o poder de nomear algo, ela tem o poder de constituir esse algo, de criá-lo enquanto nomeia” (KUPFER, 2007, p.36). Dentre estas produções discursivas, destacamos os desenhos animados infantis, que são canais disseminadores de padrões e estereótipos sociais e, assim como os processos formais de ensino, educam as crianças e lhes imprimem modos de ser e estar na escola. Sendo assim, é importante questionar: qual a representação da pessoa com deficiência, assim como de seus interlocutores, em situação de inclusão escolar veiculada em desenhos animados? Para tentarmos responder a esse questionamento analisaremos um episódio do desenho animado *Milly e Molly*.

2 Metodologia de pesquisa: Etnografia de tela

A busca por possíveis respostas para questionamento norteador dessa discussão requer um procedimento metodológico de possibilite a leitura minuciosa do discurso audiovisual dos desenhos animados. Um discurso que argumenta e constrói sentidos por meio de imagens em movimento, cores e sons. Assim, utilizaremos a Etnografia de tela para fazermos a análise do episódio do desenho animado selecionado para este estudo. De acordo com Geertz (1989), essa metodologia, de origem antropológica, consiste em “estabelecer relações, mapear campos e manter registrado tudo em diários”. Tais procedimentos possibilitam uma descrição detalhada de acontecimentos sociais, instituições e comportamentos culturais representados no contexto midiático.

Ayres e Rial (2014) consideram que a Etnografia de tela é uma metodologia interdisciplinar, tendo em vista que ela combina, na análise do audiovisual, conhecimentos sobre imagem, cinema, linguagem audiovisual, semiótica e sintaxe com a teoria metodológica. Em outras palavras, essa metodologia une procedimentos da pesquisa etnográfica, a exemplo da observação e do registro em diário, com instrumentos fílmicos para possibilitar a leitura da tela. Somado a isso, Rial (2014)

afirma que o emprego de teorias do discurso nas análises de conteúdo tem sido uma prática recorrente entre os pesquisadores que adota a Etnografia de tela.

Por conseguinte, considerando a linguagem como uma prática social, o pesquisador pode apropriar-se da Etnografia de tela para analisar valores, pressupostos e ideologias subjacentes aos textos midiáticos; demonstrar “o poder da mídia para desencadear fenômenos sociais e estabelecer ou modificar estereótipos” (RIAL, 2004, p. 25) e, ainda, verificar quais são os significados apreendidos pela audiência de um determinado produto veiculado na televisão.

Como podemos observar, a Etnografia de tela propicia o desenvolvimento de um olhar crítico sobre os discursos que circulam na esfera midiática, e, portanto, mostra-se apropriada para compreendermos as representações de pessoas com deficiência em textos audiovisuais, a exemplo dos desenhos animados.

3 Milly e Molly: que representação da pessoa com deficiência promove?

3.1 Contextualização do objeto de estudo

Milly e Molly é um desenho animado de autoria de Gil Pittar. Este desenho foi produzido e veiculado pelo canal a cabo americano *Discovery Kids*. Estreou nos Estados Unidos em 2009 e veio para o Brasil, por meio da *Discovery Kids Brasil*, em 2010. Atualmente, o desenho não está sendo veiculado nesses canais, entretanto, as crianças ainda têm acesso a vários episódios da série, por meio do *Youtube*. *Milly e Molly* é um produto, portanto, ainda acessível a muitas crianças.

As personagens principais do desenho são Milly Anderson e Molly Kannelty, duas garotas de aproximadamente oito anos que, além de serem superamigas, estão sempre dispostas a ajudar outras pessoas. Os outros personagens não são todos fixos, alguns variam de acordo com o episódio, por isso, citaremos, nesta contextualização do objeto de estudo, apenas aqueles que participam do episódio analisado neste artigo.

Além das duas amigas participam do episódio em análise: a professora Adelaide, uma senhora muito tranquila e atenciosa; o colega de turma de Milly e Molly, Humberto, um garoto que tem dificuldade de conviver com as diferenças dos outros sujeitos; Elisa, uma garota que tem cegueira de nascença e nova aluna da escola onde Milly e Molly estudam; a professora Dóris, que atua como tutora de Elisa e os demais alunos da escola, quais não recebem destaque especiais neste episódio, atuam como figurantes das cenas.

3.2 Representações dos sujeitos envolvidos no processo de inclusão: o episódio “Elisa”

O episódio “Elisa” do desenho animado *Milly e Molly* inicia com a sirene da escola tocando. Um narrador observador afirma que os colegas de classe de Milly e Molly estão agitados porque tinham visitas. Elisa está em frente à turma, entre as professoras Adelaide e Dóris. Os alunos olham e comentam entre si o jeito de ser da nova aluna. Um fala “Olha que engraçada!”; Humberto acrescenta “Por que ela tem aquela bengala branca”. Nas palavras das crianças, o desenho registra estranhamento que a pessoa com deficiência ainda causa nas outras pessoas, embora tenhamos todas aquelas mudanças de paradigmas discutidas anteriormente.

Silva (2006, p. 426) afirma que “as pessoas com deficiência causam estranheza num primeiro contato, que pode manter-se ao longo do tempo a depender do tipo de interação e dos componentes dessa relação”. Isso ocorre devido à exaltação ao corpo perfeito, saudável exaltado pelos padrões sociais, uma vez que o corpo das pessoas com deficiência “lembra a fragilidade que se quer negar”. Dessa forma, intensifica-se a ignorância, o desconhecimento, configurando um mecanismo de negação social, sendo as diferenças consideradas como sinônimo de incapacidade o desenho.

Ainda nessa cena, a professora Adelaide cumprimenta a turma e apresenta Elisa. A garota, bastante descontrída, informa aos novos colegas que terá aula com eles uma vez por semana, pois não enxerga e terá que ser dessa maneira para que a professora Dóris avalie a adaptação da menina a uma turma regular de ensino. O episódio aborda, portanto, a inclusão de uma criança deficiente no ensino regular. A turma demonstra espanto pelo fato de Elisa ser cega, mas a garota não se intimida, explica “Não faz mal, já nasci assim!”, demonstrando que lida normalmente com sua diferença. Explica ainda, para Humberto, que usa bengala para se locomover. Todos riem e ele fica com muita raiva de Elisa. A professora Adelaide pede a Milly e Molly que elas ajudem Elisa até a menina se ambientar na nova escola. As amigas se olham com ar de preocupação. O narrador comenta que Milly e Molly estavam sempre muito dispostas a ajudar, porém dessa vez tinha ficado preocupadas, pois Elisa era tão diferente, “sobre o que elas iriam conversar”.

A preocupação das personagens exprime o estereótipo de que a pessoa com deficiência é um ser incapaz de realizar tarefas comuns a outros sujeitos. Ainda que a visão seja o único órgão responsável pela aprendizagem humana; desprezando, com isso, todas as demais potencialidades do sujeito. Tal concepção é fruto do movimento de segregação à qual durante muito tempo as pessoas com deficiência foram submetidas devido à associação da deficiência com a ideia de incapacidade e invalidez. Nesse contexto, frequentavam instituições especializadas e classes especiais que configuravam em um espaço para quem não se “enquadrava” ao sistema geral de ensino e não estava apto a viver em sociedade, tornando-se assim ambientes segregadores, de caráter médico e assistencialista. (GLAT. 1998; SILVA. 2006).

Sendo assim, as pessoas que fogem ao 'padrão de normalidade', ou seja, pessoas com quadro de transtornos, síndromes, deficiência, entre outros, são condicionadas ao estigma, ao preconceito e à discriminação, fruto de um fenômeno histórico-cultural disseminado em todas as esferas sociais. Refletida em atitudes e ações evidenciadas pela negação de oportunidades quando comparadas aos padrões socialmente aceitos.

Na cena seguinte, as crianças estão correndo no parquinho da escola. Milly e Molly aparecem ao lado de Elisa, com a feição preocupada, como se não soubessem o que fazer para interagir com a nova amiga. Milly fala "Bem esse é o parquinho!" sem sair do lugar onde estavam. Elisa pergunta "Não vão me mostra as coisas?"

". A câmara foca no rosto de Molly, que ainda está com ar de preocupação e ela responde "Tudo bem!". As três andam pelo parque. O narrador afirma que enquanto faziam isso, as protagonistas do desenho animado queriam fazer muitas perguntas a Elisa e logo descobriram coisas de que gostavam na garota. Assim, após o primeiro impacto com a diferença e a incredulidade na capacidade da pessoa com deficiência, inicia-se o processo de acolhimento e reconhecimento das peculiaridades e das qualidades do outro.

De acordo com Sekkel (2003), o ambiente inclusivo é aquele que tem uma articulação e uma ação comprometida com o reconhecimento e a busca da satisfação das necessidades de cada um, a qual se inscreve no âmbito da construção de uma sociedade verdadeiramente humana, em que as pessoas possam se desenvolver em busca de suas potencialidades. Nesse aspecto, os pressupostos da educação inclusiva, buscam promover uma inclusão escolar no sentido de atentar para as singularidades de cada sujeito. A singularidade do aluno está presente nos diferentes ritmos de aprendizagem, em uma maior ou menor afinidade com determinadas áreas, em uma habilidade maior para algumas tarefas e inabilidade para com outras.

Milly e Molly perguntam a Elisa por que a menina veio estudar na escola. Ela explica que os professores querem que ela estude com crianças que enxergam porque quando crescer irá trabalhar com pessoas assim, demonstrando perspectivas para o futuro. Afirma ainda que estudará com uma turma regular apenas uma vez por semana para analisar se "encaixa" nesse ambiente. No discurso da menina, esse encaixamento consiste em ela se sentir aceita pelo grupo, em fazer novas amizades. E também implica em que as outras crianças não a façam se sentir diferente. Se por um lado, o discurso do desenho reconhece a importâncias das ações de todos os sujeitos envolvidos no processo de inclusão; por outro, coloca o peso maior dessa responsabilidade na pessoa com deficiência ao tratá-la como peça de encaixe na sociedade, nesse caso, na escola.

Percebemos, nessa cena, uma referência ao movimento de integração que tinha como proposta

um processo de “desinstitucionalização” ao promover o deslocamento das pessoas com deficiência das escolas especiais (segregadoras) para a escola comum, ainda que esta não tenha consolidado mudanças essenciais para atender a essa população (SILVA, 2006). Apesar de integrados a determinados espaços sociais, as pessoas com deficiência vivem ainda em um contexto de discriminação que as segregam, demandando-lhes uma “normalização” que as fazem “experenciarem um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura” (SASSAKI, 1997, p. 31) sem, contudo respeitar as diferenças individuais, nem promover uma participação efetiva dessas pessoas na sociedade.

Opondo-se a esse paradigma, o movimento inclusivo defende que cabe à escola construir técnicas e alternativas metodológicas que possibilitem ao sujeito o atendimento que respeite suas características formas/estilos de aprendizagem. Em outras palavras, não é o educando que tem que se “adequar à escola”, mas a escola que tem que prover meios para proporcionar a essa população uma aprendizagem de fato significativa.

Prosseguindo episódio, o narrador fala que Milly e Molly esperavam ansiosas para reencontrar Elisa, todavia nem todos agiam dessa maneira ao ver a menina na escola. A narração ocorre com, no primeiro plano, Elisa chegando à escola e Milly e Molly correndo contentes ao encontro dela. No segundo plano, está Humberto. A câmara dá um *flash* em seu rosto que tem a expressão de raiva.

Na sala de aula, a câmara focaliza Elisa e depois Humberto. Em seguida, enquanto a professora conta uma história à turma, Humberto coloca seu sapo de estimação sobre a mesa de Elisa para assustá-la e constrangê-la diante dos colegas de classe, mas a garota reage normalmente à ação do colega. A professora Adelaide repreende a atitude do garoto e lhe recomenda a não trazer mais o sapo para a escola.

Apesar de falar que compreendeu a advertência da professora Adelaide, Humberto não desiste de dificultar a inclusão de Elisa na escola. Na cena seguinte, quando ela passeia com Milly e Molly no parquinho da escola, ele coloca uma mochila para que a garota tropece e caia, entretanto as amigas de Elisa percebem o troque do garoto e o adverte. Elisa fala para Humberto que não liga para essa atitude dele, contudo a câmara foca as expressões faciais de indignação de Milly e Molly, como se quisessem ensinar aos pequenos telespectadores também se indignarem com a não aceitação das diferenças. O narrador reforça o descontentamento das meninas, afirmando que Milly e Molly estavam cansadas dos truques de Humberto e questionar “O que a professora Dóris iria pensar?”

”, pressupondo que essa professora poderia concluir que o colega de turma faria Elisa se sentir diferente e, assim a levaria para outra escola.

Na próxima cena, Milly e Molly reclamam das atitudes de Humberto em relação a Elisa com a professora Adelaide. Ela, apenas fala para as garotas que o menino, às vezes demora a aceitar as diferenças, como se isso fosse um comportamento aceitável na escola e acrescenta que Elisa não pode ficar em um ambiente onde “fazem pouco dela”. O discurso da professora parece um pouco passivo e tendencioso a exclusão, de reafirmação da “proposta do encaixe”, da ideia de que o diferente deve procurar um lugar onde é aceito por todos. As meninas fazem expressão de lamento diante do conformismo da professora. Ela garante as meninas que os professores decidirão o que for melhor para Elisa.

Em relação à aceitação da inclusão escolar da criança com deficiência, cabe destacar, que a perspectiva inclusiva não está relacionada apenas à dimensão legal baseada nos direitos humanos, mas também à dimensão relacional e atitudinal de todos os envolvidos na escolarização dessas crianças, conforme vimos na cena citada. Segundo Libório (2005)

[...] a verdadeira inclusão não passa somente pela dimensão legal, ela é de ordem relacional, remete-nos diretamente ao estabelecimento das relações entre a pessoa que vive a condição estigmatizante e a que não vive [...] (LIBÓRIO, 2005, p. 99).

Diante desse contexto, pode-se afirmar que as representações sobre o diferente são, de certa forma, o que definem as relações interpessoais e o tratamento dispensado aos mesmos. É muito comum a construção de uma ideologia da benevolência e assistencialismo que disseminam conceitos de menos valia e desconsideração aos direitos. Tal concepção pode interferir na vida social dessas crianças, uma vez que o jeito singular de ser e estar no mundo é interpretado pelas pessoas como uma condição incapacitante, de impossibilidade, enfatizando somente as limitações desses sujeitos.

Continuando o episódio, Humberto está chutando uma bola na parede, com muita raiva. Milly e Molly se aproximam dele; Milly pega a bola dele e pede para que ele não faça mais brincadeira com Elisa. O menino faz cara de bravo e Molly completa “Não faça ela se sentir excluída!”. Entretanto, o garoto não reconhece que errou; pega bola e sai correndo. Esse movimento expressa o não comprometimento dele com o processo de inclusão da nova colega de turma, assim como, a dificuldade em lidar com a diferença.

Após essa cena, o narrador informa que a Adelaide organizou uma gincana fora da classe. A professora Dóris chega para observar a atividade. Na gincana, a primeira equipe que encontrasse os objetos solicitados pela professora (uma coisa áspera, uma lisa, uma macia e outra com cheiro

bom), seria campeã. Ao dividir as equipes, a professora Adelaide, coloca Humberto e Elisa na mesma equipe. O garoto protesta, afirmando que a colega, pelo fato de não enxergar, fará sua equipe perder. A professora Adelaide o repreende com firmeza. Defende que a menina fará tão bem a prova da gincana como qualquer outro aluno e que ele tem muito a aprender sobre os deficientes visuais. A professora Dóris observa e faz anotações.

No desenvolvimento da gincana, Elisa encontra dois dos quatro objetos solicitados pela professora, demonstrando a capacidade da pessoa com deficiência visual de interagir com outras que enxergam. Com isso, sua equipe se torna a campeã da gincana. Ainda nessa cena, Humberto perde o seu sapo de estimação. Milly e Molly sugerem que Elisa o ajude a encontrar o bicho, já que a garota tem uma audição bem aguçada. Ela encontra o anfíbio e o garoto lhe agradece. A professora Adelaide chama a atenção de Humberto para as habilidades de Elisa dizendo “É uma pena que nem todo mundo da classe ouça tão bem, Humberto!”.

Nessas duas cenas, dois fatores merecem destaque. Primeiramente, a atividade inclusiva organizada pela professora Adelaide, pois os objetos solicitados por ela permitiu que todos os alunos pudessem interagir uns com os outros, independente das diferenças que apresentam. Assim como, o posicionamento dela diante da atitude preconceituosa de Humberto no momento da divisão das equipes. A forma como a professora tratou o comportamento do menino, não só corrige a atitude passiva que teve ao longo do episódio, como também pode fazer com que os telespectadores do desenho animado repensem alguns pré-julgamentos em relação às pessoas com deficiência. Em segundo lugar, a cena demonstra que cada sujeito tem suas peculiaridades e potencialidades. Dessa maneira, a inclusão de pessoas com deficiência requer, entre outros fatores, a focalização dessas potencialidades e não da diferença.

Nesse cenário, a escola enquanto espaço social e historicamente construído e embasado pelo paradigma tradicional de valorização da homogeneidade se vê diante dos desafios contemporâneos impostos pelo paradigma inclusivo que defende a inclusão de todas as pessoas nos sistemas de ensino, considerando as necessidades individuais de cada um e o respeito à diversidade. A inclusão escolar das pessoas com deficiência tem mobilizado os professores em relação aos desafios na criação de uma práxis pedagógica que contemple as necessidades educativas de cada aluno, respeitando sua singularidade e considerando-o enquanto sujeito, em um contexto escolar atravessado por contradições advindas do modelo tradicional de ensino. (BRASIL, 2008)

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU enfatiza que os países signatários, entre eles o Brasil, devem criar condições para que a educação inclusiva perpassasse todo sistema educacional “em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão.”

(BRASIL, 2006). Dessa forma, o paradigma inclusivo prevê que as escolas devem ter estruturas física e pessoal para atender seu público alvo da educação especial. Os profissionais da Educação, em formação continuada, devem estar aptos para ensinar seus alunos, respeitando os limites e potencialidades de cada um, em um espaço social comum a todos. Todo aluno tem o direito de ter sua especificidade atendida, sem, no entanto, ser segregado, discriminado e ter reconhecido suas infinitas formas de aprender. (BRASIL, 2008).

Na última cena do episódio, os alunos estão na classe com as professoras Adelaide e Dóris. Esta informa às crianças que durante sua observação percebeu que Elisa conseguiu um bom entrosamento com a turma e que todos a ajudaram. A turma comemora. A professora Dóris acrescenta que, pelo número de amizades que fez, Elisa poderá frequentar a turma regular duas vezes por semana. Milly e Molly comemoram e abraçam a colega, finalizando, assim, o episódio.

A exclusão segrega sob inúmeros disfarces, e no que se refere ao ensino escolar naturaliza seu fracasso. A escola comum deveria assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos por possibilitar uma circulação no tecido social que promove trocas de experiências e vivências a partir do enlace com outros sujeitos. Porém, é evidente que há muito que se fazer para que a socialização do educando com deficiência seja uma das ferramentas de sustentação e de norte para qualquer ação que venha a ser desenvolvida no contexto escolar. É importante enfatizar que a criança com deficiência não deve ser discriminada e nem deixada de lado, mas sim, respeitada e aceita em sua singularidade durante seu processo de aprendizagem.

Considerações finais

Vimos no episódio analisado que as diversas representações acerca da inclusão escolar da criança com deficiência foram marcadas pelos modelos de estranhamento, segregação e integração. Constatou-se que a discussão sobre a inclusão escolar mostrou-se complexa e permeada pelas dificuldades e desafios encontrados para a implementação das políticas educacionais inclusivas, tais como, atitudes preconceituosas, infraestrutura precária e quadro docente cuja formação deixa a desejar.

A política educacional inclusiva afirma que os alunos com deficiência sejam beneficiados com alternativas metodológicas que os possibilitem desenvolvimento de suas potencialidades, contrapondo-se ao paradigma clínico-terapêutico que priorizava a normatização dos sujeitos na escola tradicional. Segundo a Lei de inclusão escolar, todas as crianças devem estar na escola, independente de sua deficiência, e para isso, as instituições escolares devem adaptar sua estrutura e funcionamento a fim de que todas as necessidades dessas pessoas sejam atendidas,

possibilitando o processo de escolarização a que têm direito.

Para as crianças com deficiência, a ida à escola possibilita uma circulação social que contribui para uma possível reorganização e reestruturação da sua constituição subjetiva, além da aquisição de conhecimentos que desenvolvam suas habilidades cognitivas. Essa possibilidade de entendimento nos faz reconhecer a existência de um sujeito que frente a essa diferença a qual sempre foi marcado e definido, não o impossibilita de se relacionar e estabelecer laços que sustentem a sua singularidade, desconstruindo ideias e conceitos que o aprisionam em sentidos fixos e imutáveis.

Todavia, a consequência dessa invisibilidade ainda persiste através de produções discursivas que ressaltam o preconceito, o desconhecimento e as barreiras tanto físicas quanto atitudinais em relação às pessoas com deficiência. Dessa forma, a inclusão escolar, dependendo de cada caso, e se promovida de forma cuidadosa e responsável, pode ser benéfica não somente para a construção do laço social, mas também para a compreensão da pessoa com deficiência enquanto um ser não só de direitos, mas capaz e pleno de potencialidades e possibilidades.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. A Fundamentação Filosófica. v.1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

AYRES, Melina de la Barrera; RIAL, Carmen Silvia. Criando pontes: aplicando na comunicação um método antropológico – o caso da publicidade da Sky e suas representações de família. In: Congresso de Ciências da Comunicação na região Sul, 15, 2014, Palhoça, SC. **Anais...** Palhoça, SC, 2014.

Disponível em:

< <http://>

[www.](http://www.portalintercom.org.br)

[portalintercom.org.br](http://www.portalintercom.org.br)

[/anais/sul2014/resumos/R40-1059-1.pdf](http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-1059-1.pdf)

>. Acesso em 20 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação. Brasília, Janeiro, 2008.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

>.

Acesso em: 24 jun. 2016.

_____.ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

_____.**Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 1999.

FREITAS, S. N. Considerações acerca da produção de artigos científicos em educação especial: uma análise da revista Educação Especial CE/UFSM. In.: MENDES,E.G. **Temas em educação especial**: conhecimento para fundamentar a prática. São Paulo: Junqueira & Marin: Brasília, DF: CAPES-PROESP, 2008.

GALVÃO FILHO, T. A. G. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva**: apropriação demanda e perspectivas. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In:_____ **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 13- 41.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

KUPFER, M.C. **O tratamento institucional do Outro na psicose infantil e no autismo**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 59, n. 2, 2007.

Disponível em:

[HTTP: <www.psicologia.ufrj.br](http://www.psicologia.ufrj.br)

[/abp/>](#).Acesso em 23 Jun., 2016.

LIBÓRIO, R. M. C. Dialogando sobre preconceito, políticas de inclusão escolar e formação de professores. In.: SILVA, D.; LIBÓRIO, R. M. C. **Valores, preconceitos e práticas**

educativas.São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

ORMELEZI, E. M. **Inclusão educacional e escolar da criança cega congênita com problemas na constituição subjetiva e no desenvolvimento global:** uma leitura psicanalítica em estudo de caso.Tese(Doutorado)Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.São Paulo,SP,2006.

RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. **Revista Antropologia em primeira mão.** Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, v.74, p.4-67, 2004.

RODRIGUES, O. M. P. R. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente In: RODRIGUES, O. M. P. R. **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental.**Bauru :MEC/FC/SEE, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____.**Inclusão, o paradigma do séc. 21.**Inclusão. Revista da Educação Especial -Out.2005.

SEKKEL, M. C. **A construção de um ambiente inclusivo na educação infantil:** relato e reflexão sobre uma experiência. 2003. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, L. M. **Diferenças Negadas:** o preconceito aos estudantes com deficiência visual. Salvador: EDUNEB, 2009.

_____.**O estranhamento causado pela deficiência:** preconceito e experiência. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

*Mestra em Letras – pelo Programa Mestrado Profissional de Letras PROFLETRAS, da Universidade Federal de Sergipe; psicóloga, psicopedagoga e professora de Língua Portuguesa da Rede Pública Estadual de Ensino da Bahia. E-mail: cydha123@hotmail.com

**Mestra em Letras – pelo Programa Mestrado Profissional de Letras PROFLETRAS, da

Universidade Federal de Sergipe; professora de Língua Portuguesa da Rede Pública Estadual de Ensino de Sergipe. E-mail: maristelaufs@yahoo.com.br

Recebido em: 03/07/2016

Aprovado em: 05/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: